

### 1ª Questão

**Letra A.** O(a) candidato(a) deveria identificar que, para além de seu significado conceitual, o “arranjo jurídico-institucional” possibilita a integração de um conjunto complexo de normas, atores, processos e instituições jurídicas (Bucci e Coutinho, 2017), ajudando a compreender as relações que se estabelecem entre as políticas públicas e o arcabouço jurídico que as conforma e operacionaliza. De uma perspectiva jurídica, arranjos institucionais seriam o conjunto de normas que compõem o programa de ação governamental devidamente estruturado, recobrando tanto aspectos técnicos (como a articulação e coordenação de atores e a identificação/reunião de recursos financeiros e organizacionais voltados à eficácia das políticas públicas) quanto políticos (tais como os voltados à participação de atores interessados). Em essência, esperava-se que o(a) candidato (a) notasse que os arranjos jurídico-institucionais não são algo distinto dos arranjos institucionais de que são feitas as políticas públicas, representando, em rigor, sua institucionalidade jurídica peculiar, seu conjunto ou estrutura normativa (Bucci e Coutinho, 2017).

**Letra B.** Conforme Bucci e Coutinho (2017) os *“elementos componentes dos arranjos jurídico-institucionais são, tipicamente, as normas e processos que definem e classificam os elementos estruturantes da política pública, bem como delimitam responsabilidades, funções e competências de entes e agentes públicos e privados, atribuem consequências e punições, criam incentivos, indicam outras fontes normativas e sistematizam a vigência simultânea das normas referentes àquela política pública vis-à-vis outros programas de ação governamental”*. Assim, o(a) candidato(a) deveria ser capaz de precisar, de forma fundamentada, pelo menos três aspectos que podem ser observados em uma análise baseada em arranjos jurídico-institucionais, tais como: a norma estipuladora dos objetivos e metas de um programa governamental, as normas que definem competências federativas e de órgãos e entes implicados na política pública em questão; as normas que criam mecanismos de articulação e coordenação entre os atores; as normas que estabelecem os recursos que financiarão a política pública; as normas que definem a posição do programa examinado em relação a outros programas congêneres (exemplo: a posição do programa de assistência farmacêutica vis-à-vis da política de atenção básica em saúde); as normas que estabelecem prioridades entre os programas; as normas que definem os mecanismos de controle, etc. Os exemplos deveriam servir para demonstrar que o candidato compreende que o arranjo jurídico-institucional recobre tanto capacidades técnicas quanto capacidades políticas, sob uma perspectiva jurídica.

### 2ª Questão.

O(a) candidato(a) deveria situar a teoria incrementalista dentro do contexto das teorias sobre o processo de tomada de decisões em políticas públicas. Tal contextualização deveria levar o(a) candidato(a) a perceber uma mudança de paradigma importante entre a teoria incrementalista e as teorias racionalistas (conglobante e limitada) que antecederam. Dentre estas inovações teóricas, deveria ser destacada a incorporação da dependência em relação à trajetória, ou seja, ao peso das escolhas anteriores sobre as escolhas presentes. Isto poderia ser associado à incorporação da perspectiva histórica à análise. O candidato deveria perceber que a teoria não preconiza este ou aquele modelo decisório, pois ele não tem caráter normativo ou prescritivo.

Trata-se, na verdade, de observar analiticamente as restrições que pesam sobre o tomador de decisão em razão das escolhas anteriores. Este peso se reflete, por exemplo, em decisões que tendem a ser negociadas em face de interesses e consensos que foram produzidos no contexto de decisões anteriores. Esperava-se que o(a) candidato(a) identificasse dois operadores teóricos fundamentais para a teoria: o dos “custos irrecuperáveis” e das “comparações sucessivas limitadas”. Estes dois pilares teóricos deveriam ser utilizados para explicar porque, segundo a teoria, as decisões tendem a ser incrementais ou graduais.